

11
2016

BEO RAM

BOLETIM DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL

GOVERNO
REGIONAL
DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Índice

Apresentação	4
1. Síntese global	5
2. Subsetor do Governo Regional.....	6
2.1. Síntese	6
2.2. Receita.....	9
2.3. Despesa	13
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR.....	19
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	19
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	20
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	25
5. Conceitos aplicados.....	27
6. Siglas e abreviaturas.....	28
7. Índice de Quadros	29

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao final do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final do mês de outubro de 2016.

◆ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental provisória dos primeiros dez meses de 2016:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-outubro)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	929.940,9	333.552,8	239.484,1	996.843,5
Impostos diretos	292.099,4	401,4	0,0	292.500,8
Impostos indiretos	422.127,7	18,2	0,0	422.145,9
Contribuições de Segurança Social	15,9	0,0	0,0	15,9
Outras receitas correntes	215.698,0	333.133,1	239.484,1	282.181,0
Transferências correntes	181.185,6	326.583,7	206.016,8	207.670,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	179.493,5	2.510,5	137,5	182.141,5
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	301.654,6	204.461,3	0,0
Receita de capital	114.862,9	13.692,5	21.086,4	139.697,1
Venda de bens de investimento	705,6	0,0	11,6	717,2
Transferências capital	98.793,5	13.562,4	21.039,7	123.450,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	69.952,2	0,0	0,0	69.952,2
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	804,0	9.140,7	0,0
Receita efetiva	1.044.803,8	347.245,3	260.570,5	1.136.540,6
Despesa corrente	945.465,1	326.336,4	232.835,5	1.002.543,5
Consumo público	481.300,3	100.785,0	211.889,4	793.974,8
Despesas com o pessoal	290.046,5	30.606,3	122.443,1	443.095,9
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	191.253,9	70.178,7	89.446,3	350.878,9
Subsídios	3.694,2	3.709,1	197,4	7.600,7
Juros e outros encargos	114.330,1	1.061,3	12.804,7	128.196,2
Transferências correntes	346.140,5	220.781,0	7.944,0	72.771,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	1.869,5	0,0	1.869,5
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	303.947,2	198.128,0	18,3	0,0
Despesa de capital	75.117,2	8.681,4	12.937,4	88.856,5
Investimento	59.412,6	529,7	12.874,6	72.816,9
Transferências de capital	15.704,6	8.151,7	62,7	16.039,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.056,3	1.007,6	0,0	2.063,9
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	7.879,5	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	1.020.582,3	335.017,8	245.772,9	1.091.400,0
Saldo global	24.221,5	12.227,4	14.797,6	45.140,7
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-15.524,3	7.216,4	6.648,6	-5.700,0
Despesa corrente primária	831.135,0	325.275,1	220.030,8	874.347,3
Saldo corrente primário	98.805,9	8.277,7	19.453,3	122.496,2
Saldo de capital	39.745,7	5.011,1	8.149,1	50.840,7
Despesa primária	906.252,2	333.956,5	232.968,1	963.203,8
Saldo primário	138.551,6	13.288,8	27.602,4	173.336,9

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsectores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 31 de outubro de 2016, o saldo global consolidado, em contabilidade pública, dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública

Regional é superavitário em 45,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 199,8 milhões de euros face aos valores registados até outubro de 2015. O saldo primário ascende a 173,3 milhões de euros e o saldo de capital é superavitário em 50,8 milhões de euros, face a uma *despesa efetiva* de 1.091,4 milhões de euros e a uma despesa primária de 963,2 milhões de euros. A *receita efetiva* ascendeu a 1.136,5 milhões de euros.

Se aos valores da execução orçamental consolidada excluirmos os pagamentos de dívidas de anos anteriores, que totalizaram 158,7 milhões de euros, verificamos que o saldo primário é positivo em 300,7 milhões de euros e o saldo global é superavitário em 203,8 milhões de euros, o que denota que a Região está a utilizar receita própria para pagar encargos assumidos e não pagos em anos anteriores.

♦ 2. Subsetor do Governo Regional

♦ 2.1. Síntese

O *saldo global* registado no final de outubro de 2016 pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública –, foi de 24,2 milhões euros, o que representa uma melhoria de 176,5 milhões de euros face a outubro de 2015. Esta circunstância decorre, por um lado, do acentuado aumento da receita, influenciado tanto pela componente corrente, impulsionada pela evolução positiva das principais componentes correntes, como pela componente de capital, alavancada pela transferência das verbas relativas ao Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas, nos termos da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e, por outro lado, da diminuição das *Despesas de capital*, que se traduz numa variação homóloga de -42,3 milhões de euros, fundamentalmente em

virtude do forte incremento, em 2015, do pagamento de encargos transitados de anos anteriores, e que representou, nos dez primeiros meses daquele ano, 54% da despesa de capital realizada (117,4 milhões de euros). De salientar que a dinâmica da despesa de 2015 foi fortemente influenciada pela utilização do empréstimo de 150 milhões de euros, com vista à regularização de encargos de anos anteriores. Em paralelo, verificou-se uma diminuição das *Despesas correntes*, que se traduz numa variação homóloga de -56,5 milhões de euros, fundamentalmente em virtude das evoluções descendentes evidenciadas nas despesas com a *Aquisição de bens e serviços* (influenciada pelo decréscimo das despesas com as SCUTS) e com os principais agregados da despesa

corrente, exceção feita aos *Juros e outros encargos*. A *despesa efetiva* registou um decréscimo de 8,8% face aos primeiros dez meses de 2015, tendo a *receita efetiva* registado uma evolução no sentido inverso, de menor intensidade (8,0%). Especificamente, o *saldo de capital* apresenta-se superavitário, tendo registado uma melhoria de 96,0 milhões de euros face ao registado nos dez primeiros meses do ano anterior. O *saldo corrente* evidenciado no final de outubro de 2016 ascendeu a - 15,5 milhões de euros e o *saldo de capital* a 39,7 milhões de euros. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é excedentário em 134,1 milhões de euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que, em termos homólogos, enquanto na vertente corrente a *receita* aumentou 2,7% a *despesa* variou -5,6%, fundamentalmente devido aos decréscimos registados ao nível da *Aquisição de bens e serviços* e das *Transferências correntes*. O

saldo global evidenciado no final de outubro de 2016 resulta do comportamento da *receita efetiva*, que variou 8,0%, influenciada positivamente tanto pela evolução registada ao nível da componente de capital (87,9%), como pela variação evidenciada ao nível da componente corrente (2,7%). Registou-se, por seu turno, um decréscimo da *despesa efetiva* (-8,8%), a qual foi condicionada no sentido descendente pela evolução de todos os seus componentes, à exceção dos *Juros e outros encargos* e das *Outras despesas correntes*. Da informação disponível, sobressai que 14% da despesa corrente realizada destinou-se à liquidação de encargos transitados de anos anteriores (128,9 milhões de euros).

Do lado da *receita*, assinala-se a trajetória ascendente das componentes corrente e de capital – cristalizada em variações homólogas de, respetivamente, 2,7% e 87,9% face aos dez primeiros meses de 2015, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução orçamental do Gov. Regional (janeiro-outubro)

€ Milhares

	2015	2016	VH (%)
Receita corrente	905.919,2	929.940,9	2,7
Receitas fiscais	693.906,4	714.227,0	2,9
Impostos diretos	300.141,4	292.099,4	-2,7
Impostos indiretos	393.765,0	422.127,7	7,2
Outras receitas correntes	212.012,8	215.713,9	1,7
Receita de capital	61.115,3	114.862,9	87,9
Receita efetiva	967.034,6	1.044.803,8	8,0
Despesa corrente	1.001.926,7	945.465,1	-5,6
Despesas com o pessoal	297.158,3	290.046,5	-2,4
Aquisição de bens e serviços	217.200,7	190.574,1	-12,3
Juros e outros encargos	94.316,5	114.330,1	21,2
Transferências correntes	382.725,2	346.140,5	-9,6
Administrações Públicas	334.397,8	303.947,2	-9,1
Outras	48.327,4	42.193,2	-12,7
Subsídios	9.960,5	3.694,2	-62,9
Outras despesas correntes	565,5	679,8	20,2
Despesa de capital	117.379,2	75.117,2	-36,0
Investimento	88.187,2	59.412,6	-32,6
Transferências de capital	29.192,0	15.704,6	-46,2
Administrações Públicas	13.514,9	8.935,8	-33,9
Outras	15.677,2	6.768,8	-56,8
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	1.119.305,9	1.020.582,3	-8,8
Saldo global	-152.271,4	24.221,5	115,9
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-96.007,5	-15.524,3	83,8
Saldo de capital	-56.263,9	39.745,7	170,6
Saldo primário	-57.954,9	138.551,6	339,1
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	27.456,4	48.910,8	78,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ◆ Em 2016, o saldo primário foi de 138,6 milhões de euros, o que representa uma melhoria de cerca de 196,5 milhões de euros relativamente a outubro de 2015;
- ◆ Verifica-se uma melhoria do saldo corrente, materializada numa variação homóloga de 83,8%;
- ◆ A variação homóloga do saldo global resulta da trajetória ascendente da *receita efetiva*, a par de um decréscimo evidenciado na *despesa efetiva*. Com

efeito, enquanto a *receita efetiva* aumentou, em termos homólogos, 77,8 milhões de euros nos primeiros dez meses de 2016, a despesa efetiva registou uma diminuição de 98,7 milhões euros, justificando, deste modo, a formação do *saldo global* evidenciado no final de outubro de 2016 de 24,2 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -15,5 milhões de euros e num saldo de capital de 39,7 milhões de euros.

O QUADRO seguinte evidencia a execução orçamental de outubro do subsetor do Governo Regional,

discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução orçamental do Gov. Regional (outubro)			€ Milhares
	2015	2016	VH (%)
Receita corrente	155.717,2	143.034,4	-8,1
Receitas fiscais	98.649,1	72.582,2	-26,4
Outras receitas correntes	46.391,1	34.141,2	-26,4
Receita de capital	10.677,0	36.311,0	240,1
Receita efetiva	166.394,2	179.345,5	7,8
Despesa corrente	111.845,8	111.948,9	
Despesas com o pessoal	27.566,9	27.061,8	-1,8
Aquisição de bens e serviços	42.263,8	45.697,7	8,1
Juros e outros encargos	3.815,6	1.894,0	-50,4
Despesa de capital	10.963,5	10.563,4	-3,6
Investimento	7.048,9	9.746,5	38,3
Transferências de capital	3.914,6	816,9	-79,1
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	122.809,3	122.512,3	-0,2
Saldo global	43.585,0	56.833,2	30,4
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	43.871,5	31.085,5	-29,1
Saldo de capital	-286,5	25.747,6	9.086,8
Saldo primário	47.400,6	58.727,1	23,9

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

A execução orçamental relativa ao mês de outubro expressa uma trajetória análoga à registada em termos acumulados para 2016. Com efeito, a *receita efetiva* registou um acréscimo de 7,8% face ao evidenciado em outubro de 2015, verificando-se, por outro lado, uma diminuição *despesa efetiva* (-0,2%), que induziu a formação de um saldo

global superavitário em outubro de 2016. Em concreto, o saldo global evidencia que a *receita efetiva* superou a *despesa efetiva* em 56,8 milhões de euros, para o qual contribuíram as dinâmicas distintas evidenciadas pelas componentes corrente e de capital, cujos saldos atingiram os 31,1 e 25,7 milhões de euros, respetivamente.

♦ 2.2. Receita

- ♦ A *receita efetiva* do Governo Regional variou 8,0% até outubro de 2016, em virtude de evoluções positivas evidenciadas pelas componentes fiscal e não fiscal. Especificamente, as

receitas fiscais registaram um acréscimo de 2,9%, tendo as *receitas não fiscais* registado uma variação de 21,0% face aos dez primeiros meses de 2015. Na componente fiscal, assinala-se

a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (7,2%), motivada, fundamentalmente, pela variação positiva dos principais impostos, à exceção do Imposto de Selo. O IVA registou uma evolução positiva (7,6%) face a 2015, em virtude da aplicação do método de cálculo introduzido pela Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março. Por seu turno, ao nível da fiscalidade direta, registou-se uma variação de - 2,7% em termos homólogos, em virtude do acréscimo registado ao nível dos impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas (4,6%) e da evolução negativa ao nível de receita originada na tributação sobre os rendimentos das pessoas singulares (-8,2%);

- ♦ Ao nível da *receita não fiscal*, a variação de 21,0% face a 2015 reflete dinâmicas de amplitudes distintas entre a componente corrente e de capital. Ao nível da componente *corrente*, registou-se um acréscimo de 1,7%, motivado, em larga medida, pelo aumento registado nas receitas provenientes dos *Rendimentos da propriedade*, que registou um acréscimo de 8,8 milhões de euros face ao período homólogo de 2015, em

virtude do pagamento, em maio, de dividendos por parte da VIALITORAL - Concessões Rodoviárias da Madeira S.A.. Por seu turno, a evolução evidenciada na componente de capital (87,9%) é justificada pelo aumento das *Transferências de capital*, induzido pelo Fundo de Coesão Nacional, tendo sido transferidos mais 26,7 milhões de euros até outubro de 2016 do que no período homólogo de 2015, e das *reposições não abatidas nos pagamentos* resultante, essencialmente, da entrega de saldos de gerência de serviços e fundos autónomos, nos termos do artigo 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2015/M, de 14 de agosto;

- ♦ Em suma, a *receita fiscal* fixou-se nos 714,2 milhões de euros no final de outubro de 2016, refletindo uma variação de 2,9% face ao evidenciado no ano anterior. O desempenho da *receita fiscal* acumulada em outubro de 2016 resulta essencialmente da trajetória ascendente registada ao nível dos *impostos indiretos* (7,2%);
- ♦ O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à *receita fiscal*.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-outubro)

€ Milhares

	2015	2016	VH (%)
Receita fiscal	693.906,4	714.227,0	2,9
Impostos Diretos	300.141,4	292.099,4	-2,7
IRS	170.657,0	156.703,7	-8,2
IRC	129.484,4	135.395,6	4,6
Outros	0,0	0,0	0,0
Impostos Indiretos	393.765,0	422.127,7	7,2
ISP	43.620,5	46.097,6	5,7
IVA	293.376,3	315.771,9	7,6
ISV	5.011,3	6.979,6	39,3
Imposto de consumo sobre o tabaco	28.152,7	30.023,4	6,6
IABA	4.681,8	4.826,1	3,1
Outros	18.922,4	18.429,1	-2,6
Imposto de Selo	15.840,3	14.722,2	-7,1
IUC	2.804,2	2.957,7	5,5
Receita não fiscal	273.128,2	330.576,8	21,0
Receita efetiva	967.034,6	1.044.803,8	8,0

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A evolução dos impostos diretos de 2015 para 2016 foi a seguinte:

- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares* (IRS) – Denota-se uma evolução negativa face ao nível de receita evidenciado no período homólogo de 2015 (-8,2%);
- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas* (IRC) – verifica-se uma variação de 4,6% relativamente ao final de outubro de 2015.

As variações ocorridas refletem, na parte relativa à tributação do rendimento das pessoas singulares, efeitos decorrentes dos acertos finais de imposto do IRS de 2015, que se materializaram numa diminuição das notas de cobrança e num aumento dos reembolsos, em virtude da Reforma do IRS, a par da diminuição de receita com origem nas

retenções na fonte das rubricas de capitais, nomeadamente a aplicada aos rendimentos de capitais provenientes de juros de depósito à ordem ou a prazo e capitais outros rendimentos. Assinala-se que o acréscimo verificado ao nível do IRC deriva de regularizações e correções tributárias, com origem em sujeitos passivos com influência no tecido empresarial regional incluindo empresas licenciadas na Zona Franca da Madeira, a que se junta um acréscimo nas notas de cobrança e no âmbito da rubrica de retenção na fonte “capitais outros rendimentos”. A par do referido, será de assinalar os impactos positivos ao nível do IRC, induzidos pelo aumento da eficiência no combate à fraude e à evasão fiscal, assim como às omissões, a que acresce o melhor preenchimento declarativo de entidades com relevo na receita fiscal.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* – verifica-se um aumento do montante de receita arrecadada face a 2015 (7,6%), motivado pelos acertos a que se referem os artigos 3.º e 4.º da Portaria n.º 77-A/2014;
- ◆ *Imposto sobre Veículos (ISV)* – a receita acumulada registou uma variação de 39,3% face ao período homólogo de 2015;
- ◆ *Imposto de Selo (IS)* – a receita acumulada registou um decréscimo de 7,1%, fundamentalmente explicado pela diminuição da receita proveniente da rubrica de operações financeiras;
- ◆ *Imposto sobre o Tabaco (IT)* – a receita líquida acumulada registou um acréscimo de 6,6% comparativamente a 2015;

- ◆ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)* – a arrecadação da receita proveniente destes impostos aumentou face ao nível da execução de 2015 (5,7%).

A **receita não fiscal** apresenta uma variação de 21,0%, influenciada pelas variações evidenciadas ao nível das *Transferências de capital* (devido essencialmente ao registo de parcelas do Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas, que no mesmo período de 2015 ascendia a 32,9 milhões de euros, menos 26,7 milhões do que o transferido até outubro de 2016), das *Reposições não abatidas nos pagamentos* e do acréscimo (1,7%) registado ao nível da componente corrente.

O quadro seguinte complementa o descrito relativamente à execução orçamental da *receita não fiscal* do Governo Regional da Madeira, referente aos anos de 2015 e 2016:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-outubro)

€ Milhares

	2015	2016	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	693.906,4	714.227,0	81,2%
Receita não fiscal	273.128,2	330.576,8	72,5%
Correntes	212.012,8	215.713,9	86,7%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	7.073,8	15,9	0,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	17.295,9	17.826,3	72,4%
Rendimentos da Propriedade	1.247,0	10.080,8	65,1%
Transferências Correntes	178.597,0	181.185,6	92,5%
Venda de Bens e Serviços Correntes	6.487,3	5.641,4	64,8%
Outras Receitas Correntes	1.311,8	963,8	22,7%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	61.115,3	114.862,9	55,5%
Venda de Bens de Investimento	995,9	705,6	8,8%
Transferências de Capital	58.223,9	98.793,5	53,2%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	1.895,5	15.363,8	119,4%
Receita efetiva	967.034,6	1.044.803,8	78,3%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 2.3. Despesa

- ♦ A despesa efetiva acumulada do Governo Regional diminuiu 8,8% entre outubro de 2015 e outubro de 2016, tendo apresentado um grau de

execução de 70,3%, menos 1,4 pontos percentuais do que o executado até outubro de 2015.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-outubro)

€ Milhares

	2015	2016	2015	2016	VH (%)
			Grau de Execução (%)		
Despesa corrente	1.001.926,7	945.465,1	77,8	79,2	-5,6
Despesas com o pessoal	297.158,3	290.046,5	81,3	80,6	-2,4
Remunerações Certas e Permanentes	239.561,7	235.869,7	82,8	82,4	-1,5
Abonos Variáveis ou Eventuais	1.728,7	2.040,4	56,8	58,7	18,0
Segurança social	55.868,0	52.136,4	76,3	74,6	-6,7
Aquisição de bens e serviços correntes	217.200,7	190.574,1	84,2	80,8	-12,3
Juros e outros encargos	94.316,5	114.330,1	66,5	75,7	21,2
Transferências correntes	382.725,2	346.140,5	75,9	80,4	-9,6
Administrações Públicas	334.397,8	303.947,2	77,4	82,2	-9,1
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	334.397,8	303.947,2	77,4	82,2	-9,1
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	48.327,4	42.193,2	66,9	69,4	-12,7
Subsídios	9.960,5	3.694,2	81,2	42,2	-62,9
Outras despesas correntes	565,5	679,8	8,7	8,3	20,2
Despesa corrente primária	907.610,2	831.135,0	79,2	79,7	-8,4
Despesa de capital	117.379,2	75.117,2	43,0	29,2	-36,0
Investimento	88.187,2	59.412,6	49,9	31,9	-32,6
Transferências de capital	29.192,0	15.704,6	40,6	32,6	-46,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	1.119.305,9	1.020.582,3	71,7	70,3	-8,8
Por memória:					
Ativos financeiros	27.456,4	48.910,8	48,6	72,3	
Passivos financeiros	112.475,4	123.316,6	86,2	88,1	

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2015 para 2016 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 142,5 milhões de euros, com base na utilização de receitas próprias da Região, contra 291,2 milhões nos dez primeiros meses de 2015. A diminuição face a 2015 decorre exclusivamente do valor daquele ano refletir a utilização do empréstimo de 150 milhões de euros e do empréstimo PAEF-RAM para efeitos de pagamento de dívida comercial;
- ◆ Variação das *Despesas com o pessoal* (-2,4%), devido às alterações da estrutura orgânica do Governo Regional que implicaram a transição de funcionários do subsector do Governo Regional para o subsector dos serviços e fundos autónomos e devido à diminuição do número de efetivos;
- ◆ Decréscimo das despesas com enquadramento na rubrica *Aquisição de bens e serviços correntes* (-12,3%), motivado, essencialmente, pela diminuição da regularização de dívida às SCUTS;
- ◆ Acréscimo da despesa com *Juros e outros encargos* (21,2%);

- ◆ Decréscimo das *Transferências correntes* (-9,6%);
- ◆ Diminuição dos *Subsídios* em 6,3 milhões de euros face a outubro de 2015;
- ◆ Acréscimo na execução da rubrica relativa a *Outras despesas correntes* (114,3 mil euros);
- ◆ Decréscimo da despesa de capital (-36,0%), a que estão associadas as diminuições das despesas com a *Aquisição de bens de capital* (-32,6%), motivados pelo forte volume de pagamentos de despesa de anos anteriores registado nos dez primeiros meses de 2015;
- ◆ As *despesas correntes* realizadas até ao final de outubro de 2016 representam 92,6% do total da *despesa efetiva*, sendo que os pagamentos de *despesa corrente* relativos a encargos de anos anteriores ascenderam a 128,9 milhões de euros e a despesa corrente primária correspondeu a 81,4% da despesa efetiva. Comparativamente a 2015, as despesas correntes aumentaram o seu peso relativo na despesa efetiva em 3,1 pontos percentuais. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-outubro)

€ Milhares

	2015	2016	Peso na estrutura em 2015
Funções Gerais de Soberania	64.097,2	68.509,3	6,7
Serviços Gerais da Administração Pública	57.403,2	61.501,7	6,0
Segurança e Ordem Públicas	6.694,0	7.007,6	0,7
Funções Sociais	670.805,0	596.905,0	58,5
Educação	273.280,9	263.088,1	25,8
Saúde	308.710,4	267.597,3	26,2
Habituação e Serviços Coletivos	52.173,9	39.325,3	3,9
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	36.639,7	19.990,8	2,0
Funções Económicas	290.093,2	240.850,8	23,6
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	30.367,4	29.800,0	2,9
Indústria e Energia	1.244,7	966,9	0,1
Transportes e Comunicações	238.127,3	191.860,0	18,8
Comércio e Turismo	12.612,6	14.500,0	1,4
Outras Funções Económicas	7.741,1	3.723,8	0,4
Outras Funções	94.310,5	114.317,2	11,2
Operações da Dívida Pública	94.310,5	114.317,2	11,2
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	1.119.305,9	1.020.582,3	100,0
<i>Por memória:</i>			
Ativos financeiros	27.456,4	48.910,8	4,8
Funções Gerais de Soberania	11.903,7	19.842,1	1,9
Funções Sociais	5.533,3	10.625,5	1,0
Funções Económicas	10.019,3	18.443,3	1,8
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	112.475,4	123.316,6	12,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

- ♦ A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite comprovar o relevo das funções sociais na execução da despesa, representando 58,5% do total, seguindo-se as *funções económicas* (23,6%), as *outras funções* (11,2%) e as *funções gerais de soberania* (6,7%);
- ♦ Nas *funções sociais*, destacam-se as verbas destinadas à *saúde* (267,6 milhões de euros) e à *educação* (263,1 milhões de euros) e que representam, no seu conjunto, 89% das despesas em funções sociais. As despesas com a

educação diminuíram cerca de 10,2 milhões de euros, essencialmente devido a alterações na estrutura orgânica dos serviços incluídos no subsector do Governo Regional, sendo que na *saúde* o montante despendido revelou-se inferior ao do período homólogo do ano precedente em 41,1 milhões de euros, devido ao facto de em 2016 estar a ser regularizado um valor de dívida de anos anteriores inferior ao ocorrido no período homólogo de 2015;

- ♦ As despesas com as *funções económicas* diminuíram em 2016 face à realização

dos primeiros dez meses de 2015, cristalizando uma variação de -49,2 milhões de euros em termos homólogos;

- ♦ Nas *outras funções*, os 114,3 milhões de euros executados destinaram-se a *operações da dívida pública* – representando uma variação de 21,2% face à execução registada em 2015, motivada, fundamentalmente, pelo aumento dos encargos com juros;
- ♦ Nas *funções gerais de soberania*, a execução ascendeu a 68,5 milhões de euros, o que representou uma variação de 6,9% face ao registado até ao final de outubro de 2015, motivada pelo acréscimo nos principais agrupamentos da despesa (9,4 milhões de euros), à exceção das despesas com a *Aquisição de bens de capital* (-5,0 milhões de euros);
- ♦ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria

Regional das Finanças e da Administração Pública, que executou 306,9 milhões de euros, afetos, fundamentalmente, ao pagamento de juros e outros encargos e ao pagamento das SCUTS. Segue-se a Secretaria Regional de Educação com 275,5 milhões de euros, dos quais 79,3% são respeitantes às despesas com o pessoal. A Secretaria Regional da Saúde despendeu 267,0 milhões de euros, que correspondem maioritariamente a transferências correntes destinadas à área da Saúde. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 3,3 milhões de euros, afetos, na sua maioria, a despesas com o pessoal (87,6%). As transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam a 11,2 milhões de euros até outubro de 2016;

- ♦ O quadro VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-outubro)

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Assuntos Parlamentares e Europeus	Finanças e Administração Pública	Inclusão e Assuntos Sociais	Economia, Turismo e Cultura	Educação	Ambiente	Saúde	Agricultura e Pescas
Despesa corrente	11.193,1	3.249,8	20.411,9	301.572,9	13.607,5	25.093,8	271.680,5	11.641,0	266.930,2	20.084,5
Despesas com o pessoal	0,0	2.854,0	17.346,8	15.294,4	5.071,4	9.466,8	218.609,3	5.275,0	1.027,9	15.100,8
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	2.039,3	13.961,7	12.195,3	4.146,0	7.759,9	178.565,3	4.280,8	837,8	12.083,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	283,1	233,6	286,8	7,0	34,6	861,7	46,5	0,9	286,1
Segurança social	0,00	531,7	3.151,5	2.812,4	918,5	1.672,2	39.182,3	947,7	189,2	2.731,0
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	359,7	2.938,1	169.581,8	460,6	5.537,1	8.891,0	707,6	168,4	1.929,9
Aquisição de bens	0,00	100,2	1.090,2	616,4	108,0	1.432,2	3.828,6	72,1	8,2	236,2
Aquisição de serviços	0,00	259,5	1.847,9	168.965,3	352,6	4.104,8	5.062,4	635,5	160,2	1.693,7
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,1	114.317,2	0,0	0,0	12,9	0,0	0,0	0,0
Transferências correntes	11.193,1	34,2	102,4	1.930,8	8.074,3	7.937,9	44.107,9	4.140,0	265.730,7	2.889,2
Administrações Públicas	11.193,1	0,0	0,0	1.902,8	6.250,5	906,6	11.319,8	4.127,0	265.370,5	2.876,8
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	11.193,1	0,0	0,0	1.902,8	6.250,5	906,6	11.319,8	4.127,0	265.370,5	2.876,8
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	34,2	102,4	28,0	1.823,7	7.031,3	32.788,1	13,0	360,2	12,4
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.145,4	26,9	1.400,0	0,0	121,9
Outras despesas correntes	0,0	1,9	24,5	448,7	1,2	6,8	32,5	118,3	3,2	42,7
Despesa de capital	0,0	9,1	53.754,5	5.360,8	5.699,7	782,1	3.846,7	3.814,6	25,9	1.823,8
Investimento	0,0	9,1	53.754,5	4.445,6	0,2	200,7	140,9	714,6	1,3	145,8
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	915,2	5.699,5	581,4	3.705,8	3.100,0	24,6	1.678,0
Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	915,2	5.699,5	581,4	37,0	0,0	24,6	1.678,0
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.056,3
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	915,2	5.699,5	581,4	37,0	0,0	24,6	621,7
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.668,8	3.100,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	11.193,1	3.258,9	74.166,4	306.933,7	19.307,2	25.875,9	275.527,2	15.455,6	266.956,1	21.908,3
<i>Por memória:</i>										
Ativos financeiros		0,0	832,3	16.739,7	1.800,0	20.613,3	1.325,5	0,0	7.500,0	100,0
Passivos financeiros		0,0	0,0	123.316,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

♦ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ♦ A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
- ♦ Com a entrada em vigor do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), as entidades abaixo designadas foram integradas, a partir de 1 de janeiro de 2015, no setor institucional da Administração Pública Regional, após aprovação do ORAM:
 - ADERAM - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira;
 - CARAM - Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM;
 - IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
 - SESARAM - Serviço Regional de Saúde, E.P.E.;
 - ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação – Associação;
 - Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A..
- ♦ Por outro lado, em 2016, as transferências para o SESARAM, E.P.E., voltam a ser processadas através do IASAÚDE, IP-RAM, o que implicará alterações significativas em relação ao valor global afeto ao subsetor dos serviços e fundos autónomos;
- ♦ O *saldo global* da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada até ao final de outubro de 2016, situou-se em 14,8 milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o *peçoal* (122,4 milhões de euros), com a *aquisição de bens e serviços correntes* (87,4 milhões de euros), com *juros e outros encargos* (12,8 milhões de euros) e com *transferências correntes* (7,9 milhões de euros), fazendo com que a *despesa corrente* se fixasse em 232,8 milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da *aquisição de bens de capital* totalizou 12,9 milhões de euros. Do lado das *receitas*, a componente corrente ascendeu a 239,5 milhões de euros, enquanto a

componente de capital, que ascendeu a 21,1 milhões de euros, contribuiu de forma menos intensa para o saldo evidenciado no final de outubro.

- ♦ Verifica-se uma melhoria no *saldo global* das EPR de 2,7 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR		€ Milhares	
		setembro	outubro
Entidades Públicas Reclassificadas		12.052,2	14.797,6

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 12,2 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas *transferências da Administração Pública Regional (APR)*, que atingiram 301,7 milhões de euros, o que representa 97,9% da *receita corrente* arrecadada até outubro de 2016. Nas *receitas de capital* – não considerando o *saldo da gerência anterior* – as *transferências* provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela

mais relevante do total arrecadado pela via de capital em 2016 (91,7%). A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* e com o *peçoal*, que representaram 98,4% da *despesa efetiva*.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e das Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-outubro)

€ Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	12.227,4	14.797,6	27.025,1
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	333.956,5	232.968,1	566.924,6
Saldo primário	13.288,8	27.602,4	40.891,2
Saldo corrente	7.216,4	6.648,6	13.864,9
Saldo de capital	5.011,1	8.149,1	13.160,1
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	104,3	11.815,7	11.920,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	35.083,0	35.083,0

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo global* (SFA+EPR) relativo a outubro de 2016 totalizou 27,0 milhões de euros, em virtude dos resultados evidenciados pelas EPR, cujo *saldo global* ascendeu a 14,8 milhões de euros, e do desempenho evidenciado pelos SFA, que registaram um

saldo de 12,2 milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram, respetivamente, 13,9 e 13,2 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 566,9 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 40,9 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-outubro)

€ Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	333.552,8	239.484,1	573.036,9
Impostos diretos	401,4	0,0	401,4
Impostos indiretos	18,2	0,0	18,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.479,8	8.657,4	11.137,1
Transferências Correntes	326.583,7	206.016,8	532.600,5
União Europeia	22.392,4	1.067,0	23.459,4
Outras transferências	304.191,3	204.949,8	509.141,1
Venda de bens e serviços correntes	2.971,2	13.066,2	16.037,5
Outras Receitas Correntes	1.098,4	11.743,7	12.842,1
Receita de capital	13.692,5	21.086,4	34.778,9
Venda de bens de investimento	0,0	11,6	11,6
Transferências de capital	13.562,4	21.039,7	34.602,1
União Europeia	12.558,3	11.899,0	24.457,4
Outras transferências	1.004,0	9.140,7	10.144,7
Outras Receitas de Capital	0,0	21,3	21,3
Receita efetiva	347.245,3	260.570,5	607.815,8
Despesa corrente	326.336,4	232.835,5	559.172,0
Despesas com o pessoal	30.606,3	122.443,1	153.049,4
Aquisição de bens e serviços	70.090,2	87.448,4	157.538,7
Juros e outros encargos	1.061,3	12.804,7	13.866,1
Transferências correntes	220.781,0	7.944,0	228.725,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	1.869,5	0,0	1.869,5
Outras transferências	218.911,5	7.944,0	226.855,5
Subsídios	3.709,1	197,4	3.906,5
Outras despesas correntes	88,5	1.997,9	2.086,4
Despesa de capital	8.681,4	12.937,4	21.618,7
Investimento	529,7	12.874,6	13.404,3
Transferências de capital	8.151,7	62,7	8.214,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	335.017,8	245.772,9	580.790,7
Saldo global	12.227,4	14.797,6	27.025,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Em termos de execução mensal, constata-se que o *saldo global* do mês de outubro dos SFA e das EPR ascendeu a 2,8 milhões de euros, tendo o *saldo corrente* atingido um défice de -3,0 milhões de euros, e o de capital um

défice de 5,8 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 56,3 milhões de euros e o *saldo primário* em 6,0 milhões de euros. A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (outubro)

€ Milhares

	outubro 2016		Total
	SFA execução mensal	EPR execução mensal	
Receita corrente	30.141,3	23.512,8	53.654,1
Impostos diretos	31,8	0,0	31,8
Impostos indiretos	2,1	0,0	2,1
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes	30.107,4	23.512,8	53.620,2
Transferências correntes	29.261,2	20.119,4	49.380,6
Receita de capital	4.164,3	4.461,4	8.625,7
Venda de bens de investimento	0,0	0,2	0,2
Transferências capital	4.124,2	4.447,8	8.572,0
			0,0
Receita efetiva	34.305,6	27.974,2	62.279,8
Despesa corrente	31.643,5	25.003,5	56.647,0
Consumo público	9.761,1	21.065,7	30.826,8
Despesas com o pessoal	3.147,5	11.789,5	14.936,9
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	6.613,6	9.276,3	15.889,9
Subsídios	463,0	29,3	492,3
Juros e outros encargos	54,8	3.111,0	3.165,8
Transferências correntes	21.364,6	797,5	22.162,1
Despesa de capital	2.611,0	225,3	2.836,3
Investimento	99,0	169,3	268,3
Transferências de capital	2.512,0	56,0	2.568,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	34.254,5	25.228,8	59.483,3
Saldo global	51,1	2.745,5	2.796,5

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O quadro XIII apresenta os saldos de outubro dos subsetores do Governo Regional, SFA e EPR – em diferentes óticas:

Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	outubro 2016	janeiro-outubro 2016	outubro 2016	janeiro-outubro 2016
Saldo global	40.476,6	243.945,0	23.318,1	45.140,7
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	13.175,9	192.112,7	-8.218,7	-5.700,0
Despesa corrente primária	92.483,2	654.334,9	114.375,7	874.347,3
Saldo corrente primário	15.124,6	307.504,2	-3.159,0	122.496,2
Saldo de capital	27.300,7	51.832,3	31.536,8	50.840,7
Despesa primária	105.201,5	730.254,0	127.319,3	963.203,8
Saldo primário	42.425,3	359.336,5	28.377,8	173.336,9

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo corrente* (considerando GR+SFA), ascendeu, em termos acumulados, a 192,1 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* atingido 51,8 milhões de euros. A informação relativa ao *saldo primário*

(GR+SFA) revela um resultado que ascende a 359,3 milhões de euros até outubro de 2016. Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a *receita corrente*

arrecadada até outubro de 2016 foi de 996,8 milhões de euros e que a despesa da mesma natureza ascendeu a 1.002,5 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 139,7 milhões de euros enquanto a despesa ascendeu a 88,9 milhões de euros. A receita líquida dos *ativos e passivos financeiros*,

bem como das *operações extraorçamentais*, atingiu os 1.136,5 milhões de euros, com a *despesa efetiva* a atingir os 1.091,4 milhões de euros.

No quadro XIV está expressa a desagregação por *receita* e *despesa* do universo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR			€ Milhares	
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	outubro 2016	janeiro-outubro 2016	outubro 2016	janeiro-outubro 2016
Receita corrente	107.607,8	961.839,1	111.216,7	996.843,5
Impostos diretos	23.123,7	292.500,8	23.123,7	292.500,8
Impostos indiretos	49.492,4	422.145,9	49.492,4	422.145,9
Contribuições de Segurança Social	0,0	15,9	0,0	15,9
Outras receitas correntes	34.991,7	247.176,5	38.600,6	282.181,0
Transferências correntes	32.108,0	206.114,7	32.323,5	207.670,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	32.007,5	182.004,0	32.007,6	182.141,5
Receita de capital	40.019,0	127.751,4	44.480,4	139.697,1
Venda de bens de investimento	306,9	705,6	307,1	717,2
Transferências capital	39.206,2	111.551,9	43.654,0	123.450,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	29.097,0	69.952,2	29.097,0	69.952,2
Receita efetiva	147.626,8	1.089.590,4	155.697,1	1.136.540,6
Despesa corrente	94.431,9	769.726,3	119.435,4	1.002.543,5
Consumo público	82.568,7	582.085,4	103.634,4	793.974,8
Despesas com o pessoal	30.209,3	320.652,8	41.998,7	443.095,9
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	52.359,4	261.432,6	61.635,7	350.878,9
Subsídios	1.902,9	7.403,2	1.932,1	7.600,7
Juros e outros encargos	1.948,7	115.391,5	5.059,7	128.196,2
Transferências correntes	8.011,7	64.846,2	8.809,1	72.771,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	187,3	1.869,5	187,3	1.869,5
Despesa de capital	12.718,3	75.919,1	12.943,5	88.856,5
Investimento	9.845,5	59.942,3	10.014,8	72.816,9
Transferências de capital	2.872,7	15.976,8	2.928,7	16.039,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	56,3	2.063,9	56,3	2.063,9
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	107.150,2	845.645,4	132.379,0	1.091.400,0
Saldo global	40.476,6	243.945,0	23.318,1	45.140,7

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- ◆ O passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de outubro de 2016 ascendia a 667,5 milhões de euros, dos quais 59,1% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 16,2% do montante do passivo verificado;
- ◆ Excluindo as novas EPR (universo comparável com 2014), os passivos ascendem a 567,3 milhões de euros;
- ◆ Até 31 de outubro, comparando com 01/01/2016, a Região diminuiu os passivos em 179,0 milhões de euros, tendo os pagamentos em atraso registado uma quebra de 17,6 milhões de euros;
- ◆ Desde o início de 2012, e considerando o mesmo universo de entidades, a redução de passivos ascendeu a 2.105,6 milhões de euros e de pagamentos em atraso a 1.091,5 milhões de euros;
- ◆ Os *pagamentos em atraso* apurados até ao final de outubro de 2016 correspondem a 101,0 milhões de euros, dos quais 70,7 milhões de euros são afetos às novas EPR. As parcelas mais relevantes são atribuídas às EPR (78,4%) e ao Governo Regional (20,5%);
- ◆ Assinala-se ainda o facto da componente *Aquisições de bens e serviços correntes* representar 30,2% do total do Passivo e 70,9% dos pagamentos em atraso;
- ◆ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de outubro de 2016, no que à *dívida não financeira* diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de outubro de 2016 (valores acumulados)

€ Milhares

Total	outubro de 2016			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	601.417,67	424.178,40	91.752,41	-20,24%	-24,68%	-10,30%
Despesas com Pessoal	6.586,94	5.607,71	21,28	-61,56%	183,90%	94,67%
Aquisições de Bens e Serviços	201.539,94	199.022,09	71.546,48	-29,08%	-29,52%	-14,08%
Juros e outros encargos	312.338,72	141.601,44	19.831,97	-7,44%	-14,06%	6,62%
Transferências Correntes	79.872,36	77.124,90	341,16	-28,86%	-30,60%	-14,60%
Subsídios	851,79	600,82	0,00	-69,47%	-77,91%	0,00%
Outras Despesas Correntes	227,93	221,44	11,51	20,38%	17,85%	-0,09%
Despesas de Capital	66.113,06	45.788,81	9.210,49	-28,53%	-29,46%	-43,48%
Aquisições de Bens de Capital	31.118,08	14.840,72	6.634,58	-28,06%	-46,49%	-58,68%
Transferências de Capital	34.994,98	30.948,10	2.575,91	-28,95%	-16,75%	967,26%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	667.530,73	469.967,22	100.962,90	-21,14%	-25,18%	-14,86%

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de outubro de 2016 (valores acumulados)

€ Milhares

Governo Regional	outubro de 2016			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	338.175,52	199.999,41	14.700,34	-17,82%	-25,13%	-0,37%
Despesas de Capital	56.490,07	39.222,80	5.994,19	-22,19%	-18,51%	-15,82%
Total	394.665,59	239.222,21	20.694,53	-18,47%	-24,12%	-5,40%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de outubro de 2016 (valores acumulados)

€ Milhares

Serviços e Fundos Autónomos	outubro de 2016			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	107.764,56	105.645,04	1.085,51	-29,01%	-29,67%	-0,11%
Despesas de Capital	200,86	200,86	0,00	365,12%	365,12%	0,00%
Total	107.965,42	105.845,91	1.085,51	-28,90%	-29,55%	-0,11%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de outubro de 2016 (valores acumulados)

€ Milhares

Entidades Públicas Reclassificadas	outubro de 2016			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	155.477,60	118.533,95	75.966,56	-18,47%	-18,74%	-12,13%
Despesas de Capital	9.422,12	6.365,14	3.216,31	-52,57%	-61,96%	-64,95%
Total	164.899,72	124.899,10	79.182,86	-21,68%	-23,18%	-17,20%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ♦ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ♦ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;
- ♦ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do

mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

Saldo Corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Global é a diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva. Este saldo evidencia a necessidade de recurso ao endividamento (défice) ou a capacidade de redução do endividamento (excedente).

Saldo Primário corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros).

♦ 6. Siglas e abreviaturas

ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas
APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
FCN	Fundo de Coesão Nacional
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento do Estado
OE	Orçamento do Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais
SCUTS	Estradas cujos custos são suportados pelo Governo Regional - Sem Custo para os Utilizadores
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
VH	Variação homóloga

♦ 7. Índice de Quadros

<i>Quadro I - Execução orçamental consolidada (janeiro-outubro).....</i>	<i>5</i>
<i>Quadro II - Execução orçamental do Gov. Regional (janeiro-outubro).....</i>	<i>7</i>
<i>Quadro III - Execução orçamental do Gov. Regional (outubro).....</i>	<i>9</i>
<i>Quadro IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-outubro).....</i>	<i>11</i>
<i>Quadro V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-outubro).....</i>	<i>13</i>
<i>Quadro VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-outubro).....</i>	<i>14</i>
<i>Quadro VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-outubro).....</i>	<i>16</i>
<i>Quadro VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-outubro).....</i>	<i>18</i>
<i>Quadro IX - Saldo Global do Subsetor - EPR.....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-outubro).....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-outubro).....</i>	<i>22</i>
<i>Quadro XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (outubro).....</i>	<i>23</i>
<i>Quadro XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR.....</i>	<i>23</i>
<i>Quadro XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR.....</i>	<i>24</i>
<i>Quadro XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de outubro de 2016 (valores acumulados).....</i>	<i>25</i>
<i>Quadro XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de outubro de 2016 (valores acumulados).....</i>	<i>25</i>
<i>Quadro XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de outubro de 2016.....</i>	<i>26</i>
<i>Quadro XVIII - - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de outubro de 2016.....</i>	<i>26</i>

**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA****Governo Regional**

◆ Ficha técnica

TÍTULO: *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

DESIGN GRÁFICO: © SRF, 2016

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: Novembro de 2016

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira



Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional <http://www.madeira.gov.pt/srf/> | E-mail: gabinete.srf@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL